

RECRUTAMENTO MILITAR EM TEMPOS DE LÍTIGIO: clientelismo político e relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870).¹

Alysson Duarte Cabral²

Este trabalho tem o propósito de trazer para o debate as tramas políticas e as relações clientelísticas envolvendo os poderes locais e os representantes do poder Imperial na província, característica comum no jogo político da nação na época, tendo em vista que a base de sustentação do poder central constituía-se no mandonismo dos potentados locais espalhados por todos os recantos do território.

Desta feita, somos tributários do brasilianista Richard Graham³ que investigou a temática, segundo o autor o clientelismo “constituía a trama de ligação na política do século XIX e sustentava virtualmente todo o ato político” e, “significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra”. (GRAHAM, p. 15-16).

Dessa forma, assim como ocorreu em todas as províncias imperiais coube aos políticos paraibanos juntamente com a elite agrária e econômica local arregimentar os contingentes para defender o território nacional na guerra travada no sul contra a República paraguaia. O relato do presidente da província em 1865 Dr. Odorico de Moura deixa claro o momento patriótico dos paraibanos, diz ele: “As províncias medirão sua importância pelo número de soldados, que mandassem ao teatro da guerra. Nessa pugna de honra a parahyba cumpriu o seu dever dignamente”.⁴ Como podemos verificar nas palavras do presidente toda a província estava imbricada nesta luta de prestar o devido auxílio ao império.

Entretanto, devido ao prolongamento do conflito, as tropas brasileiras precisaram de mais homens para suprir as baixas sofridas nos campos de batalha e os corpos formados por Voluntários da Pátria diante do apelo do Gabinete Furtado nos meses que principiaram a guerra não atendiam mais a demanda. É dentro desta perspectiva que um novo decreto foi baixado para fortalecer o exército brasileiro: o decreto n.º 3.383, de 21 de janeiro de 1865, que arregimentava destacamentos da Guarda Nacional em todas as províncias. Neste mesmo cenário outro aspecto vem à tona, o recrutamento compulsório de homens que eram capturados nos mais longínquos recantos das províncias. Na Parahyba, estes últimos assim como os que compunham a Guarda Nacional na província poderiam escapar deste recrutamento desde que comprovasse ser protegidos ou membros de uma linhagem familiar importante

Nas últimas décadas a historiografia do Brasil império, principalmente o período que concerne ao Segundo Reinado tem passado por mudanças acentuadas. Esta renovação no campo historiográfico se deve a revolução epistemológica desencadeada pela Escola dos Annales que abriu o caminho para a pesquisa em novas fontes alargando o campo de visão sobre a temporalidade supracitada. . Dessa forma, o estudo de temáticas até então ignoradas pelos pesquisadores vieram à tona, possibilitadas por novos olhares sobre antigas fontes.

Seguindo o viés da nova história política neste trabalho debruçamo-nos, como supracitado sobre os conchaves políticos e o poder de decisão dos potentados locais na Província da Parahyba em sua relação com o poder central no período correspondente ao revés contra a república paraguaia, destacando como as tramas políticas influenciaram no recrutamento e no

¹ Trabalho orientado pelo professor Dr. Cristiano Luís Christillino, UEPB – Campus III /PPGH – UFPE.

² Graduado em Licenciatura em História, UEPB – Campus I, Campina Grande – PB.

³ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

⁴ Relatório de exposição do Presidente da província da Parahyba Sinval Odorico de Moura ao seu sucessor Felisardo Toscano de Brito, Parahyba do Norte 2 de Julho de 1865. P.4.

destacamento de forças para o conflito na província nortista. Conforme afirma René Remond (2003) “(...) a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando (...) às revoluções políticas, o advento da democracia, às lutas partidárias, os confrontos de ideologia política”.

Recorrendo as autoridades militares e policiais na província, os presidentes procuravam cumprir os deveres e atribuições que lhe eram concedidos desempenhando-as em um esforço constante para conseguir voluntários e recrutas para honrar a pátria no conflito. Neste contexto, procuramos destacar o aspecto clientelístico que envolvia os grupos políticos na província na época, ressaltando as diversas tramas de poder existente entre estes e seus protegidos políticos. A convocação de combatentes para a guerra dependia desse jogo, em um momento que o recrutamento intensificou-se o mandonismo local desempenhou um papel preponderante na tarefa.

Nosso caminhar historiográfico prossegue com o cientista político Victor Nunes Leal, em seu clássico *Coronelismo, enxada e voto* (2012), o pesquisador analisou a prática do coronelismo, percebendo que ele superava os ditames do mandonismo local. No mesmo trabalho, Nunes Leal tece comentários sobre as milícias armadas pela elite rural, segundo o estudioso “antes da instituição da Guarda Nacional e até que esta se organizasse”⁵ registrou-se a formação de milícias armadas, estas eram criadas nos municípios e contavam com a legalização do Estado, com o intuito “de castigar os culpados em crimes de polícia”⁶.

Como podemos notar nas palavras do autor estas milícias não tinham apenas o intuito de atender os interesses políticos dos coronéis, sua força consistia também na punição da criminalidade formando um poder disciplinador capaz de colocar ordem coibindo os crimes e as indisciplinas. Na Paraíba estas tarefas demandavam grande empenho por parte dos “representantes das leis” nas respectivas comarcas e municipalidades, tendo em vista, que em algumas correspondências dos presidentes da província encontramos ressalvas sobre a importância dos coronéis locais, tanto no que diz respeito à garantia da ordem como no recrutamento de homens para compor as forças que seguiam para a guerra.

Coube ao poder central baixar decretos destacando e convocando homens para os campos de batalha, recorrendo, dessa forma a um maior engajamento também dos presidentes de províncias. Ungidos de poder na província, a estes últimos caberia a tarefa de intermediar os interesses potentados locais com o governo central, nomeando homens de confiança para ocupar os principais postos. Entre estes postos destacamos os que compunham os cargos da segurança pública: comandantes dos batalhões do exército e da Guarda Nacional, delegados e subdelegados, agentes principais das forças governamentais para conter revoltas, rebeliões populares e motins sociais, enfim para assegurar a ordem pública.

Contextualizando os fatos para compreendermos melhor a temática ressaltamos que nos idos de 1860 o embate político no Império e suas relações diplomáticas no Cone Sul que estendia-se há décadas e segundo o historiador Francisco Doratioto (2011) “(...) tornaram-se crescentemente tensas devido à definição das fronteiras e a abertura a livre navegação no rio Paraguai”. Diversos interesses geopolíticos, econômicos e territoriais levaram a região do Prata a um verdadeiro barril de pólvora, era preciso construir alianças – dentro do cenário nacional e internacional – deixando as desavenças de lado em prol do conflito iminente.

Todavia, dentro do cenário político nacional nesse período o poder das facções clientelísticas “na maioria das circunscrições eleitorais [...] continuava a se organizar em torno dos dois grandes partidos (Conservador e Liberal)”⁷, como aponta Wilma Costa. Entretanto, é

⁵ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 201.

⁶ *Ibidem*.

⁷ COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles**: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império: Campinas, SP. Editora Hucitec, 1996 p.222.

importante ressaltar que “o poder central do Império estava fragilizado em 1864, pois os liberais lutavam entre si, o que gerava mudanças de gabinetes, e o clima era de tensão no Rio de Janeiro...”. Foi neste clima de tensão, envolvendo diversas conjunturas entre a elite política imperial que o Paraguai de López invadiu o Brasil, encontrando a pátria imperial despreparada para o conflito: “A guerra nos veio surpreender quando ainda tínhamos alguns batalhões incompletos, mal armados e disseminados por nosso vasto território...”.

Seguindo nosso aporte historiográfico tomamos de empréstimo os estudos do cientista político José Murilo de Carvalho, estudioso da política no Brasil imperial e na República Velha. Carvalho (1996)⁸ analisa a formação da elite política e do Estado Imperial, assim como a manutenção da unidade territorial e centralização do poder, procurando entender como houve a conjuntura entre a monarquia, a burocracia e os grandes proprietários. Dessa forma, o Estado era construído por um grupo que ocupava o poder, resultando numa sociedade marcada pela hierarquização e exclusão. Enfim, um Estado formado pela imposição dos interesses e marcado por relações de poder entre os que compunham a elite imperial na época.

Este grupo elitista mencionado por Carvalho estava enraizado na política imperial do Brasil há algumas décadas, defendendo seus interesses e manobrando-se através de seus cargos para manterem-se no poder. Conforme ressalta Dolhnikoff (2003, p. 432),

[...] a unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nação”.

Eram grandes proprietários de terras, burocratas, diplomatas dentre outros que disseminados por todos os pontos do império constituíam-se nos representantes dos interesses imperiais nos diversos recantos do território.

A guerra contra o Paraguai demandava maior empenho entre estes burocratas na política nacional, neste contexto marcado por exacerbação da luta política foi instituída a Liga Progressista, “migração de conservadores moderados em direção às hostes liberais, era uma coalizão partida dos escalões superiores dos dois partidos”⁹. Esta aproximação, ou ao menos tentativa de aproximação, deu-se durante a gestão do Gabinete Olinda (maio de 1865 a julho de 1866), segundo Costa o próprio “Olinda procurava caracterizá-lo como apartidário até mesmo como condição para sua total imersão nas medidas da guerra”.¹⁰

Foi exatamente durante a gestão do Marquês de Olinda, cujo limite de vida do partido pode ser verificado acima, que o conflito ganhava novos contornos, desnudava-se novos desafios estratégicos, afinal a proposta passaria da defensiva para ofensiva. Os entusiasmos iniciais dos Voluntários da Pátria foram tornando-se aos poucos exíguo. Conforme Doratioto (2002, p. 19)¹¹ era preciso invadir o país de Lopez e capturar o governante tirânico responsável por aquele conflito.

No império brasileiro alguns diplomatas divergiam se não em parte, ao menos em alguns aspectos do rumo que o conflito tomara. Contudo, os esforços diplomáticos voltavam-se para o intuito em deixar as desavenças de lado e imbuir-se na causa comum: A guerra contra a República paraguaia, como apontam os relatórios do Ministério da Guerra. Neste contexto, as redes clientelísticas nas diversas províncias constituíram a principal válvula de escape na busca por reforços, como aponta a documentação pesquisada; era preciso um maior

⁸ CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de Sombras**: a política imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁹ *Ibidem*

¹⁰ *Ibidem*

¹¹ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

contingente para o desafio proposto, além de suprirem as constantes baixas por deserções e as constantes epidemias que dizimavam os batalhões, temática abordada pela historiadora Maria Teresa Dourado¹².

Foi neste contexto que as práticas clientelísticas e as relações de poder na província da Parahyba desempenharam um papel preponderante, uma vez que o rumo tomado pela guerra e as crescentes baixas exigiam um recrutamento cada vez mais intenso, dentro desta perspectiva enfatizamos como as tramas vigorantes entre o mandonismo local influenciaram no envio de voluntários, recrutas e guardas nacionais da província para defender o império, tendo em vista que no interior da província desde a época colonial que “o clientelismo cristalizava e reforçava a lealdade entre os potentados locais integrantes de uma determinada, rede de proteção e negócios”¹³.

Em nossas pesquisas podemos verificar as múltiplas relações de poder existentes entre o representante do poder imperial e o mandonismo local na província representado por famílias importantes. Estas relações nem sempre atendiam aos ensejos dos governantes imperiais, fato que podemos verificar nas diversas tramas e jogos de interesses na época dos recrutamentos para o alistamento militar na época da Guerra do Paraguai.

No tocante a Guarda Nacional a documentação nos mostra que desde 1837 a Assembléia Legislativa Provincial da Parahyba por meio do decreto número 8, em seu artigo 1º, legislou que os oficiais superiores da Guarda Nacional passavam a ser nomeado pelo presidente da província.¹⁴ Um pesquisador que analisou o ato de nomear homens de confiança para preencher os principais cargos do império foi o já citado brasilianista Richard Graham, segundo ele os principais postos da instituição, na maioria das vezes foram ocupados por uma elite política vinculada a quem estava no poder.

Seguindo esta mesma lógica, outro que debruçou-se sobre o impacto do clientelismo na Guarda Nacional foi o historiador gaúcho André Fertig¹⁵, a analisar o papel exercido pela milícia entre os poderes central e local no Rio Grande do Sul do oitocentos o autor entende

“[...] o clientelismo como política fundamentada nas relações pessoais, nas quais o que está em questão são trocas de favores, em que geralmente aquele que detém o poder concede a outro algum tipo de auxílio e proteção, através de cargos e outros favores, e recebe em troca a fidelidade de seu subordinado [...]”. (FERTIG, p. 18-19).

Ainda na mesma província, argumentando sobre a importância da elite proprietária gaúcha o historiador Cristiano Christillino (2010, p.68) ressalta em sua tese de doutorado que “a participação dos milicianos sul-rio-grandenses na Guerra do Paraguai foi expressiva”¹⁶.

O mesmo não se pode afirmar no que concerne à província da Parahyba. Em janeiro de 1865 o decreto nº. 3.383¹⁷ destacava a Guarda Nacional em todas as províncias do império para marchar rumo ao Paraguai, a notícia desta medida não foi bem recebida entre os potentados locais, tendo em vista que além de sucateada esta instituição era composta por

¹² DOURADO, Maria Teresa G. **A História Esquecida da Guerra do Paraguai**: fome, doenças e penalidades. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014.

¹³ GUEDES, Paulo H. M. de Queiroz. **No íntimo do Sertão**: poder político, cultura e transgressão na capitania da Paraíba (1750-1800). Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2013. p.196.

¹⁴ Decreto nº 8 da Assembleia Legislativa da Parahyba, de 14 de março de 1837. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, Cx: 014 (A), Ano: 1837.

¹⁵ FERTIG, André Atila. **Clientelismo político em Tempos Belicosos**: A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do estado imperial centralizado (1850-1873). Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2003.

¹⁶ CRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese de Doutorado em História. Niterói, RJ: UFF, 2010.

¹⁷ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaooriginal-73146-pe.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

membros da elite paraibana, estes utilizaram-se de alguns métodos para fugir do recrutamento para uma guerra que para eles não fazia nenhum sentido. Em meados de 1865 o presidente da província Odorico de Moura lamenta as dificuldades em conseguir apoio dos comandantes da milícia no sertão da província: “Sinto entretanto dizer que nenhum resultado me foi possível obter de semelhante providencia, visto como até a data, em que fiz entrega da administração, um só Guarda não recebi do alto sertão, apesar das repetidas ordens, que para ali expedi”¹⁸. Em nossa pesquisa elegemos como um de nossos objetivos a discussão da situação da Guarda Nacional na província no período.

Não só na Guarda Nacional os presidentes de província encontraram dificuldades em conseguir homens dispostos ao alistamento militar. O número de Voluntários da Pátria remetidos da Parahyba para o front no Paraguai deu-se diante de muita dificuldade quando analisamos os números presentes nos relatórios dos presidentes da província e os noticiários da imprensa na época. Este trecho do jornal *O Tempo* ilustra bem como eram conseguidos os voluntários no interior da província: “Continua a chegar a esta capital grande número de voluntários forçados, vindos do centro da província: há poucos chegarão 114 mandados pelo célebre José Rodrigues da Serra Negra”. (*O Tempo*, Parahyba do Norte, 20 abril. 1865).

Estas dificuldades encontravam-se presente por ocasião, justamente das tramas políticas e práticas clientelísticas vigorantes entre os potentados locais. Este cenário já estava enraizado na elite paraibana desde o início do século como assinala a historiadora paraibana Serioja Mariano (2005),¹⁹ ao discutir relações de poder e as redes de formação políticas e clientelísticas na província. Citando Celso Mariz a autora enumera as principais famílias oligarcas da província no século XIX “Albuquerque Maranhão, Carneiro da Cunha, Correa de Sá, Monteiro da Franca e Pereira de Albuquerque” (MARIZ, 1985 Apud MARIANO, 2005), ainda segundo ela o matrimônio foi um dos fatores que possibilitou a formação de alianças políticas e econômicas entre os grupos da elite.

Nesta perspectiva, somos também tributários de Mary del Priore, outra historiadora que discute a temática, segundo ela muitas vezes:

“[...] a família constitui a forma de um grupo se perpetuar no poder. No mundo político, encontram-se vários exemplos de famílias, como as senhorias de outrora, que detêm o poder [...] distribuindo ordem e favores entre os mais velhos”. (DEL PRIORE, 1999, p. 54).

Outra pesquisadora que abordou a formação de parentela das elites na Parahyba através do matrimônio foi Linda Lewin (1993)²⁰, segundo a mesma os laços de parentesco constituíam uma estratégia entre algumas famílias oligarcas para manutenção do poder econômico e político. Baseada em um profundo estudo empírico a autora segue a mesma perspectiva de Graham quando na pesquisa aborda que a elite política preenchia os principais cargos das instituições formais, destaque para os cargos políticos, eleições, polícia, normas e sanções legais fundamentais para manterem a autoridade na província, além destas existiam as estruturas informais mantidas por laços de parentesco, amizades políticas e círculos pessoais.

Nossa pesquisa não consiste em abordar estas oligarquias na Parahyba, visto que trata-se de um estudo bastante debatido. No entanto, partir da leitura destas duas obras podemos perceber a formação dos conchaves na elite política e econômica paraibana; este foi um fator preponderante na década de 1860 com a eclosão da Guerra do Paraguai, naquele

¹⁸ Relatório de exposição do Presidente da província da Parahyba Sinval Odorico de Moura ao seu sucessor Felisardo Toscano de Brito, Parahyba do Norte 2 de Julho de 1965. P.12

¹⁹ MARIANO, Serioja R. Cordeiro. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824). Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2005.

²⁰ LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

período os recrutamentos para o serviço militar, assim como o decreto que ordenavam a convocação de um número de praças da Guarda Nacional dependiam totalmente destas tramas políticas como podemos verificar nas correspondências trocadas entre os comandantes dos postos das guardas nacionais, representantes do mandonismo local, membros de famílias influentes e ocupantes de cargos de confiança do governo provincial.

. Através deste podemos esmiuçar as práticas clientelísticas e todas as tramas de relações de poder ocorrida na época da Guerra do Paraguai, ressaltando até que ponto estas relações influenciaram no recrutamento e na convocação de homens para o conflito, quer auxiliando o governo provincial nesta empreitada quer colocando dificuldades, tendo em vista que estas ações muitas vezes atingiam os familiares dos poderosos locais.

FONTES E ARQUIVOS PESQUISADOS

- Arquivo Público Valdemar Bispo Duarte
- Relatórios dos presidentes da Província da Parahyba entre o período correspondente de 1860 a 1870.
- Relatórios do Ministério da Guerra entre o período correspondente de 1862 a 1870.
- Correspondências dos presidentes da Província da Parahyba.
- Correspondências das Câmaras Municipais.
- Jornal *O Tempo*, Parahyba do Norte, 20 de abril de 1865.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Liberais & Liberais**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 1991.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de Sombras**: a política imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles**: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império: Campinas, SP. Editora Hucitec, 1996.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese de Doutorado em História. Niterói, RJ: UFF, 2010.

DEL PRIORE, Mary. **A família no Brasil Colonial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DOLHNIKOFF, Miriam. **Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional**. In: Jancsó, István (org.) *Brasil: a formação do Estado e da nação (c. 1770-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2003.

DORATIOTO, Francisco. **A Formação dos Estados Nacionais no Cone Sul**. In: *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012, pp. 19-41.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- DOURADO, Maria Teresa G. **A História Esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014.
- FERTIG, André Atila. **Clientelismo político em Tempos Belicosos: A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do estado imperial centralizado (1850-1873)**. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2003.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- GUEDES, Paulo H. M. de Queiroz. **No íntimo do Sertão: poder político, cultura e transgressão na capitania da Paraíba (1750-1800)**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2013.
- IZECKSOHN, Vítor. **Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai**. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 111-138.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MARIANO, Serioja R. Cordeiro. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2005.
- MARIANO, Serioja R. Cordeiro. **Culturas Políticas, Administração e Redes Familiares na Paraíba (1825-1840)**. *Saeculum – Revista de História* [24]; João Pessoa, jan./jun 2011.
- MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1994.
- RÉMOND, Renê. **Uma História Presente**. In: Rémond, Renê (org). *Por Uma História Política*. Tradução de Dora Rocha – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 12-36.
- ROSAS, Suzana Cavani. **Os Emperrados e os Ligueiros. (A História da Conciliação em Pernambuco, (1849-1857))**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 1999.